

Relações internacionais: os movimentos de bens e de capitais, a dívida e o MERCOSUL*

*Beky Moron de Macadar**
Sônia Unikowsky Teruchkin**
Teresinha da Silva Bello****

Introdução

Dada a crescente internacionalização das economias, neste final de século verifica-se um aumento na interdependência entre as nações, que se manifesta através da globalização da economia mundial e da tendência à formação de espaços econômicos unificados, que assumem a forma de blocos de países, formais (NAFTA, CEE) ou informais (Sudeste Asiático).

A Rodada Uruguai do GATT de negociações multilaterais, visando a um comércio internacional mais livre, tem enfrentado inúmeros obstáculos, dentre outros, nas áreas de agricultura, serviços, propriedade intelectual e investimentos. Assim, o encerramento das negociações vem sendo sistematicamente adiado, e teme-se que um desfecho insatisfatório provoque reações protecionistas por parte dos blocos econômicos e um retorno a negociações bilaterais com base na reciprocidade. Diante dessa perspectiva, os países da América Latina têm se sentido estimulados a buscar a integração econômica para evitar o isolamento, seja retomando antigos projetos, seja promovendo novos acordos sub-regionais, como é o caso do MERCOSUL. Esse movimento aglutinador, contudo, não descarta a abertura unilateral das economias através do desmantelamento de barreiras tarifárias e não tarifárias, argumentando-se que a exposição à concorrência internacional levará essas economias a buscarem ganhos de eficiência e de produtividade, a fim de se tomarem mais competitivas nos mercados internacionais. Em definitivo, pretende-se uma inserção competitiva na economia mundial e uma maior participação nos fluxos do comércio internacional.

No que se refere ao Brasil, observou-se nos últimos sete anos, um decréscimo de sua participação no fluxo internacional de mercadorias. Segundo relatório do GATT, em 1985 o Brasil representava 1,04% do comércio global, sendo estimada sua participação, em 1992, em 0,8%. O comércio internacional tem registrado crescimento, enquanto no Brasil as transações comerciais com o Exterior se mantiveram relativamente estáveis,

* Este texto foi elaborado com informações disponíveis até o início de dezembro. Contou com a colaboração do estagiário da FEE Alberto Marcos Nogueira.

** Economista da FEE.

*** Economista da FEE e Professora da PUC-RS.

com pequenas alterações nas exportações e com as importações permanecendo no mesmo patamar, em torno de US\$ 20 bilhões.

Este artigo tem como objetivo analisar a evolução do setor externo brasileiro. Para isso, mostra-se, na seção 1, como vem sendo conduzido no País o processo de abertura econômica, com a implantação de um cronograma unilateral de reduções tarifárias. Na seção 2, descreve-se o comportamento da balança comercial brasileira nos primeiros 10 meses de 1992, que tem mostrado saldos comerciais mais elevados do que em anos anteriores. Na seção 3, por sua vez, estuda-se o comportamento das exportações gaúchas por principais grupos de produtos e países de destino. A seguir, na seção 4, é avaliada a evolução da entrada de capital externo no País e, posteriormente, na seção 5, é tratada a situação da dívida externa. Por último, na seção 6, destaca-se o intercâmbio comercial entre os países do MERCOSUL e faz-se um balanço da situação atual.

O processo de abertura econômica

No Pós-Guerra, o Brasil, à semelhança de outros países da América Latina, praticou uma política de comércio exterior protecionista, a qual foi mantida, sem grandes alterações, até meados da década de 80. Apesar de algumas modificações na política de importação brasileira na segunda metade da década de 80, as reformas mais profundas no regime de comércio exterior foram implementadas a partir de março de 1990, com a reorientação da política econômica iniciada no Governo Collor.

Em fevereiro de 1991, foi instituído um programa de reforma tarifária no Brasil, com um cronograma que deveria estender-se até 1994. O programa tinha como objetivo submeter a indústria doméstica a uma exposição crescente à concorrência internacional, tentando restaurar a competitividade produtiva num mercado que, por diversos motivos, tinha ficado excessivamente protegido durante um longo período.

Em fevereiro de 1992, o cronograma sofreu uma alteração e foi antecipado em seis meses, ou seja, as reduções previstas para o início de 1993 e de 1994 foram reprogramadas para entrar em vigor em 1º de outubro de 1992 e 1º de julho de 1993 respectivamente. Desse modo, a tarifa média atual, até junho de 1993, é de 17,1%, fixando-se em 20% a tarifa modal, isto é, a mais freqüente, que incidirá na maior parte dos produtos manufaturados. Na Tabela 1, é apresentado o programa brasileiro de reforma tarifária.

Por outro lado, o Brasil mantém um regime de preferências tarifárias regionais em relação aos países-membros da ALADI e, no caso dos países-membros do MERCOSUL, um programa de desgravação progressivo, linear e automático, que, a partir de 31.12.92, deverá passar de uma preferência de 61% para 68%, aumentando sete pontos percentuais a cada seis meses, até a desgravação total, em 31.12.94.

Tabela 1

Programa de reforma tarifária do Brasil — 1990/93

DATA DE IMPLANTAÇÃO	TARIFA		DESVIO-PADRÃO
	Média	Modal	
1990	32,2	40	19,6
15.02.91	25,3	20	17,4
19.01.92	21,2	20	14,2
19.10.92	17,1	20	10,7
19.07.93	14,2	20	7,9

FONTE: CTT/DECEX/SNE/MEFP In KUME, Honório, RIANI, Guida (1992). A liberalização do regime comercial no Brasil. *Boletim de Conjuntura*, Rio de Janeiro: IEI/UFRJ, v.12, n.2, p.95-106, jul.

A balança comercial brasileira

Apesar da redução das tarifas de importação, não foi observado um incremento no valor das compras do Exterior.¹ De outubro de 1991 a outubro de 1992, as importações permaneceram no patamar de US\$ 20,2 bilhões, inferior ao do período de outubro de 1990 a outubro de 1991, de US\$ 21,4 bilhões, o que denota a difícil situação interna do País, podendo ser atribuída, em parte, à redução das importações de petróleo e de bens de consumo, mas, principalmente, à de bens de capital, o que deverá ter reflexos negativos na modernização da infra-estrutura e do parque industrial brasileiro.

Nos primeiros 10 meses de 1992, as exportações somaram US\$ 29,4 bilhões, enquanto as importações foram de US\$ 16,5 bilhões, ocasionando um saldo acumulado de US\$ 12,9 bilhões, o que representa um acréscimo de 36,8% em relação a idêntico período do ano anterior. Tal fato deve-se ao aumento das exportações (10,4%), pois as compras do Exterior diminuíram (4,1%), quando comparadas com os dados de até outubro do ano passado.

Esse desempenho positivo do saldo comercial tem como principais fatores o câmbio relativamente alinhado e a retração do mercado interno. Este último, se, por um lado, estimulou a busca de mercados externos, por outro, determinou uma queda nas

¹ Quanto às importações, não se obtiveram os dados desagregados por produtos e por origem para um período razoável de análise.

importações, apesar da redução tarifária já explanada anteriormente. Os baixos investimentos aliados ao alto nível das taxas de juros reais, que impedem a formação de estoques de matérias-primas e de insumos industriais, resultam em reduções das compras do Exterior. Apesar da defasagem existente entre a efetiva redução de alíquotas e o seu efeito sobre as importações, não é esperada uma recuperação das mesmas a curto prazo em razão da recessão interna.

Os principais produtos exportados pelo Brasil, dada sua participação na pauta, até outubro do corrente ano, foram: minério de ferro; farelo de soja; alumínio; calçados, partes e seus componentes; suco de laranja; veículos (automóveis de passageiros, de carga, peças e partes etc.). As vendas externas que mais cresceram em relação a 1991 foram as de automóveis de passageiros (130%), soja (63%) e veículos de carga (57%).

O grande acréscimo verificado nas exportações de veículos e autopeças deve-se, principalmente, ao intercâmbio com a Argentina, cuja comercialização ocorre, em grande parte, dentro do Protocolo 21, assinado entre ambos os países, o qual beneficia as indústrias automobilísticas e de autopeças com alíquota zero. Esse fato explica por que as indústrias automobilísticas (FIAT, Autolatina, Ford, GM, Mercedes Benz) foram algumas das principais empresas exportadoras no período, ao lado da Companhia Vale do Rio Doce e das Companhias Siderúrgicas — Tubarão, Nacional, Usiminas, COSIPA —, dentre outras.

Quanto ao destino das exportações brasileiras por blocos, observou-se um incremento significativo (53%) nas exportações para os países da ALADI, cuja representatividade chegou a 20,6%, bastante acima da participação desde meados da década de 80. Essa situação é explicada pelo aumento das exportações, principalmente à Argentina, que passou a ocupar a segunda posição dentre os países importadores.

O principal bloco absorvedor das exportações brasileiras continua sendo a CEE, que representou, até outubro, 29,5%, com pequeno acréscimo no valor exportado (3,6%), destacando-se as vendas para os Países Baixos e a Alemanha. Os EUA, por sua vez, tiveram um incremento no valor importado do Brasil (10,3%), mas sua participação manteve-se estável em relação a idêntico período do ano anterior (20%).

Finalmente, com a Ásia (exceto Oriente Médio) observou-se uma retração nas vendas (8%), sendo a participação no total exportado de 15,5% de janeiro a outubro de 1992. Contrariando a tendência do bloco asiático, as vendas para a China elevaram-se sobremaneira, atingindo US\$ 372,3 milhões, ficando esse país no 17º país no ranking das exportações brasileiras.

Exportações do Rio Grande do Sul²

As exportações gaúchas nos últimos 10 meses representaram 10,4% do total exportado pelo País, um ponto percentual abaixo da participação no mesmo período de 1991, mas com idêntico percentual ao do ano passado e bastante próximo à média dos últimos sete anos (10,6%).

² Na impossibilidade de análise dos dados das importações do Estado desagregados a nível de produto — os mesmos só estão disponíveis até maio —, avalia-se a evolução das exportações por principais grupos de produto e seu destino até outubro do corrente ano.

Analisando-se os principais grupos de produtos (Tabela 2), percebe-se que os maiores incrementos ocorreram nos segmentos de material de transporte (230%) e de máquinas e aparelhos (113%) em relação aos 10 primeiros meses de 1991. No primeiro grupo, os itens mais importantes foram: carrocerias para ônibus e micro-ônibus, partes e acessórios de veículos, ônibus e tratores agrícolas, dentre outros. Já no segmento máquinas e aparelhos, destacaram-se colheitadeiras, aparelhos de ar condicionado, serras, máquinas para indústria cervejeira e para limpar e secar garrafas.

Tabela 2

Exportações dos principais produtos do Rio Grande do Sul — jan.-out. 1991/92

DISCRIMINAÇÃO	1992		1991		VARIACÃO % A/B
	Valor (US\$ 1 000 FOB) (A)	Participação %	Valor (US\$ 1 000 FOB) (B)	Participação %	
Calçados e suas partes ..	889 681,6	29,18	888 310,3	29,58	0,15
Couros e peles	109 358,1	3,59	93 204,3	3,10	17,33
Soja e derivados	464 614,5	15,24	422 620,0	14,07	9,94
Fumo e manufaturados ..	439 252,2	14,41	545 748,9	18,17	-19,51
Material de transporte ..	141 304,4	4,63	42 801,9	1,42	230,14
Máquinas e aparelhos ..	89 501,1	2,93	41 929,0	1,40	113,46
Plásticos e borrachas ..	95 669,8	3,14	121 499,3	4,04	-21,26
Produtos químicos e de indústrias conexas ..	44 548,6	1,46	107 906,8	3,59	-58,72
Carnes preparadas	87 028,2	2,85	56 372,9	1,88	54,38
Aves	68 177,1	2,24	56 680,4	1,89	20,02
Outros	619 849,1	20,33	626 425,8	20,86	-1,05
TOTAL	3 048 984,7	100,00	3 003 499,6	100,00	1,51

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Banco do Brasil. DECEX/CTIC.

NOTA: Os produtos foram classificados segundo a NBM.

Entretanto os setores com maior representatividade nas exportações gaúchas até outubro foram calçados, a soja e o fumo. Percebe-se, nos últimos anos, uma perda de participação da soja concomitantemente ao incremento dos calçados e do fumo no total vendido ao Exterior pelo Rio Grande do Sul.

A participação dos calçados vendidos ao Exterior situou-se em 29,2%, bastante próxima à ocorrida no mesmo período de 1991, representando 78% do valor total de calçados e suas partes vendidos pelo País ao Exterior e aproximando-se da participação ao longo dos últimos anos. Houve um incremento das vendas para os países do MERCOSUL, em especial para a Argentina, e para os EUA. Neste último mercado, o significativo aumento de vendas ocorreu em detrimento das vendas dos países asiáticos, principalmente da China, que é o maior concorrente do Brasil no segmento de menor preço — em torno de US\$ 4 o par.

A maior queixa dos empresários calçadistas refere-se aos custos de intermediação (agentes ou *tradings*), que são mais elevados que nos países concorrentes, como Coréia e Taiwan, grandes vendedores no mercado internacional na faixa de preço médio (US\$ 9 a US\$ 12), e Itália e Espanha, países de tradição na confecção de calçados de alta qualidade (GM, 28/10/92).

Adicionando-se o segmento de couros e peles (3,6%), cujo aumento das vendas (17%) deve-se, em grande parte, aos embarques de couro *wet-blue*, que é o primeiro estágio de curtimento, com baixos preços no mercado internacional, percebe-se que o setor de couro e calçados responde por quase um terço das vendas externas do Estado. As perspectivas dos empresários são as de que as vendas, até o final do ano, cresçam ainda mais, superando, em 1992, as exportações dos últimos anos.

A soja e seus derivados (óleo e farinha), com o acréscimo do valor exportado (10%) em relação ao mesmo período do ano passado, elevou sua participação para 15% do total vendido ao Exterior, sendo, entretanto, esse percentual bastante inferior aos obtidos ao longo da década de 80.

Já o fumo e seus manufaturados apresentou decréscimo no valor exportado em relação ao mesmo período do ano anterior e, conseqüentemente, em sua representatividade (14,4%) no total embarcado. Apesar da melhoria da qualidade do fumo na Região Sul e da elevada produção do Estado, as exportações foram afetadas internamente pela greve dos portuários e dos funcionários da Receita Federal e, a nível internacional, pelo aumento da produção de fumo na China e na Índia.

Os produtos das indústrias químicas e das indústrias conexas (produtos químicos orgânicos, inorgânicos, farmacêuticos, fertilizantes, tintas, ceras, óleos, perfumarias, etc.), bem como os de plásticos e borrachas (polietileno, etileno, polipropileno, borrachas de estireno-butadieno, etc.), apesar do decréscimo das exportações até outubro do corrente ano de 59% e 21% respectivamente, devido ao aumento da oferta mundial, representaram, conjuntamente, 4,6% do total vendido.

Dentre os principais produtos, destacam-se as exportações pelo Estado de carnes preparadas de bovino (US\$ 87,0 milhões), cujo incremento deve-se, em parte, à menor participação da Argentina no mercado internacional de carne bovina, dada sua política cambial, e às vendas de aves (US\$ 68,2 milhões). O acréscimo significativo em relação às vendas de aves até outubro de 1991 ocorreu apesar da queda dos preços internacionais do frango — devido ao excesso de oferta — e da aplicação por parte da CEE de uma sobretaxa nas exportações brasileiras de corte de frango.

Cabe, ainda, ressaltar que a expansão das vendas dos setores frutícolas brasileiro e gaúcho é bastante recente, sendo as mesmas dirigidas, em grande parte, ao mercado da CEE. Foram exportados pelo Rio Grande do Sul US\$ 4,7 milhões de maçãs frescas, US\$ 4,4 milhões de suco de maçã e US\$ 6,6 milhões de suco de uva.

Quanto ao destino das exportações (Tabela 3), observa-se, a nível de países, que os Estados Unidos continuam ocupando a primeira posição tanto no Brasil como no Estado, sendo, entretanto, sua participação neste último de 34%, superior aos 20% para o País. Com a implantação do NAFTA, provavelmente o comércio Brasil—EUA, e RS—EUA em particular, será afetado negativamente, tendo em vista a elevada convergência entre as exportações mexicanas e as brasileiras para o mercado norte-americano. Como os calçados, os produtos agroindustriais e o fumo seriam alguns desses possíveis produtos afetados, percebem-se os reflexos negativos que o NAFTA poderá ocasionar sobre as vendas do Estado ao Exterior.

Tabela 3

Principais países de destino das exportações do Rio Grande do Sul e do Brasil jan. out./92

PRINCIPAIS PAÍSES	RIO GRANDE DO SUL			BRASIL		
	VALOR (US\$1 000 FOB)	PARTICIPAÇÃO %	POSIÇÃO	VALOR (US\$1 000 FOB)	PARTICIPAÇÃO %	POSIÇÃO
Estados Unidos	1 034 996,7	33,95	1º	5 823 139,8	19,80	1º
Reino Unido	185 697,7	6,09	2º	1 013 765,0	3,45	7º
Argentina	176 786,4	5,80	3º	2 482 985,8	8,44	2º
Itália	170 820,3	5,60	4º	1 245 775,8	4,24	6º
Alemanha, República						
Federal	161 864,7	5,31	5º	1 650 170,7	5,61	5º
Países Baixos	137 769,6	4,52	6º	2 011 429,6	6,84	3º
México	131 264,6	4,30	7º	917 609,2	3,12	9º
Espanha	102 949,7	3,38	8º	579 476,1	1,97	12º
Japão	78 751,7	2,58	9º	1 885 687,3	6,41	4º
Chile	59 692,0	1,96	10º	744 785,6	2,53	10º
Uruguai	55 887,3	1,83	11º	321 614,1	1,09	20º
Canadá	48 376,0	1,59	12º	331 936,6	1,13	19º
Paraguai	47 597,9	1,56	13º	448 623,3	1,53	14º
França	45 070,0	1,48	14º	707 074,2	2,40	11º
Hong Kong	38 140,8	1,25	15º	248 623,5	0,85	24º
Bélgica	35 986,9	1,18	16º	974 831,4	3,32	8º
Outros	537 332,4	17,62	-	8 020 010,9	27,27	-
TOTAL	3 048 984,7	100,00	-	29 407 538,9	100,00	-

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Banco do Brasil. DECEX/CTIC.

A ALADI, por sua vez, absorve algo em torno de 18% das vendas gaúchas ao Exterior, cabendo destaque à Argentina (5,8%), ao México (4,3%) e ao Chile (2%), percentuais estes que se modificam um pouco a nível nacional, apesar de os três países continuarem sendo os mais representativos nas vendas para esse bloco (Tabela 3).

Houve uma evolução acelerada das exportações para os países do MERCOSUL, com predominância dos manufaturados. Até outubro, o Brasil exportou US\$ 3,3 bilhões; e o Rio Grande do Sul, US\$ 280 milhões, representando, respectivamente, 11% e 9% das vendas ao Exterior, devido, principalmente, ao incremento das vendas para a Argentina, que passa a ocupar a segunda e a terceira posições no País e no Estado, nessa ordem.

Na CEE, parceiro importante, cabe ressaltar a importância do Reino Unido, da Itália, da Alemanha, dos Países Baixos, da Espanha, da França e da Bélgica, dentre outros. A significativa participação desse bloco a nível nacional (30%) e no Estado (em torno deste percentual) poderá ser reduzida em futuro próximo, dada a tendência protecionista que vem se verificando além do incremento das vendas intrabloco.

O afluxo de capital externo

Iniciada no terceiro trimestre de 1991, a entrada de capital externo tomou vulto principalmente no primeiro semestre do ano de 1992, colaborando sobremaneira para a elevação do nível das reservas externas. Estas, até setembro, já alcançavam a cifra de US\$ 22 bilhões, pelo conceito de liquidez internacional. Até final de outubro deste ano, de acordo com o Banco Central, a captação externa já havia alcançado um total de US\$ 14,3 bilhões — apesar de sua desaceleração a partir de setembro — contra os US\$ 11,6 bilhões registrados em 1991 e os US\$ 5,4 bilhões ingressados em 1990 (GM, 10/11/92).

Distribuídos entre **empréstimos em moeda** (que abrangem empréstimos intra-empresas, Resolução nº 63, commercial papers e bônus, dentre outros), **investimentos em moeda** (que incluem as aplicações em Bolsas de Valores e os investimentos diretos) e **financiamentos** (onde se registram os empréstimos provenientes dos organismos internacionais), além de outras rubricas, os recursos externos que vêm aportando ao País são, em sua maior parte, capitais de curto prazo.

Tendo como pano de fundo a crise econômica que se abate sobre as economias do Primeiro Mundo, essa corrida em direção aos mercados dos países em desenvolvimento, dentre os quais se encontram Brasil, Chile, Argentina e México por exemplo, reflete a tentativa do capital em continuar valorizando-se frente à diminuição das perspectivas para investimentos nos países desenvolvidos. A liquidez no sistema financeiro internacional, decorrente das baixas oportunidades de investimento no setor produtivo, dada a crise, tem dirigido parte do fluxo de capital internacional para as economias do Terceiro Mundo, que, até meados de 1991, enfrentavam uma "lei seca" no que se refere ao afluxo de capitais do Exterior. Isto porque as oportunidades de ganhos na área financeira têm sido maiores nesses países do que no Primeiro Mundo.

✦ Claramente especulativo, esse aporte de capital poucos benefícios deverá trazer à economia brasileira. A crise econômica do País, cujos reflexos se fazem sentir no preço de certos ativos (ações, por exemplo), tornando-os relativamente baratos, tem desempenhado um papel importante na vinda do capital estrangeiro para as Bolsas de Valores. E a crise política vivida pelo Brasil a partir do segundo semestre deste ano, embora tenha provocado um retrocesso no ingresso de recursos externos para as Bolsas a partir de agosto, ainda não foi capaz de neutralizar os resultados positivos obtidos durante todo o ano. Até outubro, segundo dados do Banco Central, já havia entrado nas Bolsas de Valores brasileiras a cifra de US\$ 3,3 bilhões contra um retorno de US\$ 1,5 bilhão, gerando um saldo positivo da ordem de US\$ 1,8 bilhão (GM, 10/11/92). Essa procura do capital externo por ações no mercado brasileiro poderia ser tomada como indicativo de que uma nova fonte de capitalização a longo prazo estaria em desenvolvimento no Brasil. Entretanto tal não ocorre, dado o quadro macroeconômico vivido pelo País, onde as perspectivas de uma retomada do crescimento ainda se mostram distantes, e o capital aqui aportado busca apenas ganhos especulativos. Também os investimentos diretos no setor produtivo vêm se reduzindo. Representando US\$ 311,3 milhões em janeiro, no mês de outubro alcançaram o valor de US\$ 82,4 milhões, conforme informou o Banco Central, numa queda expressiva, que se estende desde maio deste ano. Até outubro de 1992, a entrada de recursos externos nas Bolsas de Valores já totalizava US\$ 3,3 bilhões, enquanto os investimentos diretos em moeda somavam US\$ 1,2 bilhão.

Tabela 4

Captação dos recursos externos pelo Brasil — 1989-jan.-out./92

(US\$ milhões)

PERÍODOS	EMPRÉSTIMOS EM MOEDA (1)					
	Novos F10	Novos Resolução 63	"Commercial Papers"	Bônus	Outros	Renovação Total
1989	109,6	-	198,6	-	-	52,9 361,1
1990	405,0	-	585,8	54,1	-	- 1 044,9
1991	470,2	6,3	1 783,0	1 507,0	278,3	363,4 4 408,2
Jan./92	44,6	-	88,5	174,6	-	6,3 314,0
Fev./92	122,6	5,6	129,6	227,3	-	2,1 487,0
Mar./92	41,2	8,7	280,5	559,8	-	1,8 892,0
Abr./92	63,1	9,0	112,8	879,5	10,0	1,7 1 076,1
Maió/92	35,0	18,1	154,9	632,3	-	4,3 844,6
Jun./92	72,7	87,6	181,3	641,8	-	10,7 994,1
Jul./92	88,7	60,6	96,2	170,0	-	3,3 418,8
Ago./92	77,8	141,2	38,7	304,8	-	53,4 615,9
Set./92	83,0	77,2	11,1	303,6	-	9,8 484,7
Out./92	102,8	127,5	48,4	252,0	20,0	28,2 578,9
1992	731,5	535,5	1 142,0	4 145,7	30,0	121,6 6 706,3

PERÍODOS	FINANCIAMENTOS (2)			PAGAMENTOS ANTE- CIPADOS DE EX- PORTAÇÕES	"LEASING" ALUGUEL	INVESTI- MENTOS EM MOEDA (3)	TOTAL
	Regis- trados	Autori- zados	Total				
1989	222,6	2 563,7	2 785,7	-	721,0	333,3	4 201,1
1990	813,6	2 068,7	2 882,3	-	751,6	687,7	5 366,5
1991	857,5	3 302,2	4 159,7	84,8	1 518,8	1 454,5	11 626,0
Jan./92	49,2	15,4	64,6	-	31,1	625,9	1 035,7
Fev./92	57,5	58,6	116,1	91,9	121,2	473,7	1 289,9
Mar./92	20,0	127,4	147,4	200,6	55,4	636,6	1 931,9
Abr./92	32,6	102,6	135,2	47,5	96,2	520,1	1 875,1
Maió/92	32,0	41,1	73,1	71,5	236,4	442,4	1 668,0
Jun./92	29,6	33,6	63,2	66,5	45,8	540,3	1 709,9
Jul./92	45,9	113,6	159,5	25,5	31,4	438,2	1 073,4
Ago./92	45,0	12,0	57,0	-	169,2	175,2	1 017,3
Set./92	38,6	65,6	104,2	93,2	103,7	184,5	970,3
Out./92	30,0	470,7	500,7	179,4	20,3	475,8	1 755,1
1992	380,4	1 040,6	1 421,0	776,1	910,8	4 512,7	14 326,6

FONTE: GAZETA MERCANTIL (10.11.92). São Paulo, p.17.

NOTA: 1. Dados preliminares para 1991/92 produzidos em 05.11.92.

2. Todos os valores correspondem a autorizações ou registros concedidos pelo FIRCE até outubro de 1992.

(1) Os empréstimos em moeda estão distribuídos no tempo conforme uma data prevista de ingresso efetivo; podem ocorrer atrasos e consequentes remanejamentos para os meses seguintes. (2) Os financiamentos autorizados correspondem às linhas de crédito de maior porte (inclusive com organismos internacionais), cujos desembolsos ocorrem durante vários anos, para os quais a autorização do FIRCE é prévia; os financiamentos registrados são operações geralmente de menor valor, para os quais o registro do FIRCE é feito "a posteriori". (3) Os investimentos em moeda são distribuídos em 1991 em Bolsas (US\$ 759,8 milhões) e outros (US\$ 694,7 milhões); e em 1992 em Bolsa (US\$ 3.292,9 milhões) e outros (US\$ 1.219,7 milhões).

No que se refere a empréstimos em moeda, a grande vedete em 1992 tem sido a emissão de papéis, especialmente sob a forma de bônus e de *commercial papers*, os quais representavam 61,82% e 17,03%, respectivamente, do total de empréstimos em moeda captados até outubro. Essa volta do Brasil aos mercados financeiros internacionais pode ser vista como um novo tipo de endividamento externo, onde uma das características tem sido a retomada dos empréstimos do Exterior por parte da iniciativa privada. Enquanto isso, os empréstimos intra-empresas e aqueles baseados na Resolução nº 63, formas bastante comuns utilizadas pelo País ao longo de seu processo de endividamento externo, atualmente representam apenas 10,9% e 7,99%, respectivamente, dos empréstimos em moeda.

Os financiamentos, até a data acima referida, perfaziam US\$ 1,421 bilhão, enquanto *leasing* e aluguéis correspondiam a US\$ 910,8 milhões, e os pagamentos antecipados das exportações somavam US\$ 776,1 milhões.

O diferencial existente entre as taxas de juros praticadas internamente e a correção da taxa de câmbio exerce um forte estímulo a que exportadores busquem antecipações de cruzeiros através de adiantamentos de contratos de câmbio. Mesmo com a queda nos juros internos registrada nos dois últimos meses do ano, a conversão de moedas fortes em cruzeiros feita antecipadamente aos embarques das mercadorias exportadas continua sendo vantajosa, embora haja certo arrefecimento por parte de certas empresas no que tange a dar continuidade às operações de adiantamento do contrato de câmbio. Isto porque não só existe uma tendência recente de maior aproximação entre a variação da taxa cambial e os juros, apesar da diferença ainda ser positiva, como o Governo já deixou clara sua intenção de frear o crescimento das reservas internacionais — o que poderia acabar valorizando o dólar — apesar do saldo comercial positivo. No início de dezembro, o diferencial entre os juros primários (*overnight*) e a variação da taxa de câmbio projetada para o mês era de apenas 1,29% (GM, 04/12/92), enquanto, no início de novembro, alcançava 2,6% (GM, 21 a 23/11/92). Entretanto o juro bancário ainda mantém uma significativa diferença em relação à taxa de correção cambial, favorecendo a troca de dólares por cruzeiros: os juros bancários, de janeiro a outubro deste ano, apresentaram um acumulado de 921,82%, enquanto a correção cambial, no mesmo período, foi de 659,94%, indicando uma defasagem de 28,41% em relação aos títulos bancários (GM, 17/11/92).

Essas elevadas taxas de juros internas têm beneficiado não só os exportadores como os especuladores internacionais, já que um volume considerável dos recursos externos que para cá se dirigem busca esses ganhos, tendo em vista a retração nos juros internacionais em consequência da própria crise econômica mundial, cujos reflexos se fazem sentir no aumento da liquidez internacional e na decorrente queda nas taxas de juros praticadas nos mercados do Primeiro Mundo. O processo de mundialização dos mercados financeiros, ao permitir a rápida movimentação do capital, tem facilitado a vinda desses capitais especulativos, levando o Brasil a bancar esses ganhos dos capitais externos. Mesmo se considerando o risco que possa eventualmente vir a constituir o mercado financeiro brasileiro, os ganhos aqui obtidos superam de longe esse eventual risco.

A entrada desses capitais privados e sua conversão em cruzeiros, via compra dessas divisas pelo Banco Central, através de recursos obtidos pela emissão de títulos de curto prazo de dívida pública, têm diminuído ainda mais a já pequena capacidade de autofinanciamento do governo, especialmente em prazos mais longos, estrangulando as poucas possibilidades de o mesmo voltar a investir, uma das condições indispensáveis para a retomada do crescimento econômico. Tal fato ainda é agravado pela

difficuldade encontrada para manter a taxa de câmbio ao nível da paridade, já que não só o excesso de divisas tende a valorizar a moeda nacional, como os custos para o Governo daí decorrentes são muito altos. Isto porque, na tentativa de manter o câmbio atraente aos exportadores, o Governo se vê obrigado a sustentar artificialmente a taxa cambial, promovendo desvalorizações em ritmo próximo ao da inflação, apesar da pressão exercida pelo excesso de divisas no sentido de valorização do cruzeiro. Considerando-se que mais de 90% da dívida externa está estatizada e que o País pretende retomar os pagamentos tão logo seja homologado o acordo feito em julho deste ano, isso certamente induzirá a um aumento ainda maior na dívida pública interna, dificultando sobremaneira a retomada dos investimentos governamentais.

Paradoxalmente, tais fatos, ao colocarem em xeque a capacidade de endividamento público, bloqueiam a retomada do crescimento econômico, desestimulando, ou até mesmo impedindo, que esses capitais especulativos de curto prazo, aqui aplicados, possam se converter em ingresso de capitais de risco estáveis, de prazo mais longo, aplicados no setor produtivo, de modo a financiarem os investimentos econômicos, especialmente no que tange à importação de bens de capital e de seus componentes, facilitando, assim, o processo de modernização da economia brasileira e contribuindo para a reestruturação do parque industrial, a fim de enfrentar os desafios do século XXI.

A renegociação da dívida externa

Concluído a 9 de julho de 1992, até o início de dezembro deste ano o acordo da dívida externa brasileira com os bancos comerciais credores ainda não havia sido firmado entre as partes contratantes, sequer tendo sido aprovado pelo Senado Federal. E, só depois dessa aprovação, será iniciada a negociação com os bancos credores quanto às escolhas destes últimos sobre as diversas alternativas de renegociação dos débitos previstos no "acordo em princípio". Somente após o cumprimento de todas essas etapas e a adesão por parte dos bancos credores é que deverá ser firmado o termo definitivo de renegociação da dívida externa brasileira.

Aos bancos privados credores do Brasil foram oferecidas seis alternativas, com prazos e juros diferenciados.³ Esse acordo não inclui os bancos brasileiros com agências no Exterior e credores do Brasil, os quais tiveram uma proposta de renegociação dessa dívida em separado. A proposta feita e ainda em discussão entre o Governo do Brasil e os bancos brasileiros propõe a emissão de um novo bônus, através do qual a dívida de US\$ 5,9 bilhões devida pelo País a esses bancos será assim negociada:

³ Uma análise mais detalhada das condições e possíveis consequências dessa proposta de renegociação encontra-se em Bello (1992).

"(...) um título com dezoito anos de prazo, dez anos de carência e juros da LIBOR mais 7/8 (ou 0,875%), que representa uma variação do *debt conversion bond* e do *new money bond*, instrumentos que fazem parte do 'acordo em princípio' dos bancos internacionais credores do País, mas com uma diferença: aos bancos brasileiros não será exigido o aporte de dinheiro novo" (GM 06/08/92).

Quanto aos juros atrasados de 1989 e 1990, renegociados no início do Governo Collor, os quais perfazem um total de US\$ 7,1 bilhões, em novembro de 1992 foram emitidos os bônus relativos a esse tópico do acerto externo (conhecido como *Jorio's bonds*), os quais terão 10 anos de prazo, com três de carência. Já a negociação dos juros vencidos em 1991/92 foi incluída no "acordo em princípio" realizado em julho de 1992.⁴

Além disso, o Banco Central desembolsou, em novembro deste ano, a soma de US\$ 860 milhões, correspondente a juros retidos desde janeiro passado, já que todos os pagamentos da dívida externa com credores privados, não incluída no "acordo em princípio", deveriam estar em dia na data de emissão dos *Jorio's bonds*.

Saudada por uns como um bom negócio a ser feito pelo Brasil e claramente criticada por outros, dado que nos termos de negociação não é levada em conta a capacidade de pagamento do País, a renegociação com os credores externos até agora praticamente não saiu do papel, excetuando-se o caso da emissão dos *Jorio's bonds* e o de algum pagamento de juros atrasados feito pelo País. Os acontecimentos políticos, que acabaram levando ao afastamento do Presidente Collor, causaram um atraso nas definições da política econômica do País, incluindo-se aí o acerto externo, o qual só será retomado em 1993, a partir da sua votação pelo Senado Federal.

MERCOSUL: a situação atual

Depois de transcorrido mais de um ano e meio desde a assinatura do Tratado de Assunção, que estabeleceu a meta de constituir um mercado comum entre as economias do Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai até 31.12.94, cabe fazer um balanço dos resultados alcançados. Face às dificuldades enfrentadas pela Argentina para a manutenção do Plano de Conversibilidade e à persistente instabilidade econômica vivenciada pelo Brasil, não é de surpreender o avanço quase nulo nas negociações que visam à harmonização das políticas macroeconômicas. Contudo a evolução recente do nosso comércio com a sub-região traduz o dinamismo marcante que vem caracterizando todo esse processo. As exportações brasileiras para os países-sócios do MERCOSUL já estão na casa de 11% das exportações totais, considerando-se os 10 primeiros meses deste ano. De um nível de intercâmbio total de US\$ 2,5 bilhões em 1988, passou-se a um comércio total de US\$ 4,5 bilhões em 1991, e estima-se que o nível de comércio para o ano de 1992 deverá superar os US\$ 5,5 bilhões.

⁴ Para maiores esclarecimentos, ver Bello (1992).

Em termos de composição de nossas exportações para os outros países do MERCOSUL, destaca-se a elevada participação de produtos manufaturados (Tabela 5), em torno de 90% em 1991, maior, portanto, que a participação dos manufaturados na nossa pauta de exportações para os EUA (cerca de 75%) e bem superior àquela da Comunidade Européia (aproximadamente 30%).

Tabela 5

Exportações dos principais grupos de produtos do Brasil para os demais países do MERCOSUL — jan.-jun. 1991/92

DISCRIMINAÇÃO	1992		1991		VARIAÇÃO % 1992/1991
	Valor (US\$ milhões)	Participação %	Valor (US\$ milhões)	Participação %	
Total do MERCOSUL	1 646	100,00	923	100,00	78,33
Material de Transporte	414	25,15	118	12,78	250,85
Máquinas, aparelhos mecânicos e elétricos	265	16,10	164	17,77	61,59
Produtos das indústrias químicas	211	12,82	162	17,55	30,25
Produtos metalúrgicos e ferra- mentas	199	12,09	111	12,03	79,28
Produtos minerais	82	4,98	74	8,02	10,81
Borrachas e suas obras	68	4,13	36	3,90	88,89
Materiais têxteis e suas obras ..	92	5,59	56	6,07	64,29
Celulose, papel e suas obras ..	68	4,13	49	5,31	38,78
Produtos das indústrias alimen- tares, bebidas, fumo, etc	88	5,35	59	6,39	49,15
Produtos de origem animal	33	2,00	4	0,43	825,00
Produtos de origem vegetal	39	2,37	38	4,12	2,63
Produtos cerâmicos, vidros, obras de gesso, cimento, etc	24	1,46	17	1,84	41,18
Demais produtos	60	3,65	35	3,79	71,43

FONTE: Ministério das Relações Exteriores.

Contudo o maior dinamismo de caráter comercial dentro do MERCOSUL é decorrente do intercâmbio entre Brasil e Argentina. O comércio bilateral (importações mais exportações) aumentou em 51% entre 1990 e 1991, passando do nível de US\$ 2,0 bilhões para US\$ 3,0 bilhões respectivamente. Em 1992, no período janeiro-agosto, a taxa de crescimento do intercâmbio bilateral em relação ao mesmo período de 1991 atingiu 52,7%. Não obstante, esse aumento expressivo do comércio em 1992 deve ser inteiramente atribuído à maior penetração das exportações brasileiras no mercado argentino, que cresceram à taxa de 129,7% no mesmo período em apêço.

Esse dinamismo de nossas exportações em direção à Argentina (Tabela 6) reflete não apenas a defasagem cambial desse país, estimada em cerca de 40%, mas também a confluência de outros fatores: a margem de preferência significativa que a Argentina outorga a seus parceiros do MERCOSUL e que é aplicada sobre uma tarifa externa em si mesma relativamente baixa; a expansão econômica argentina, "puxando" a demanda e a fase recessiva da economia brasileira e favorecendo as exportações; o maior

envolvimento de alguns setores empresariais dos respectivos países, o que contribuiu para o aumento das oportunidades de comércio; e as próprias medidas de racionalização das normas que regem o intercâmbio, já aprovadas e adotadas pelos países-membros do MERCOSUL.

Tabela 6

Balança comercial do Brasil e com os demais países do MERCOSUL — jan.-ago. 1991/92

(US\$ milhões)

PAÍSES	JAN-AGO/92			JAN-AGO/91		
	Exportações	Importações	Saldo	Exportações	Importações	Saldo
Brasil	23 121	12 959	10 162	21 926	13 307	8 619
MERCOSUL	2 443	1 279	1 164	1 370	1 458	-88
Argentina	1 879	957	922	818	1 039	-221
Paraguai	344	124	220	322	119	203
Uruguai	220	198	22	230	300	-70

FONTE: Ministério das Relações Exteriores.

Para a eliminação das barreiras não tarifárias relacionadas com a qualidade dos produtos e serviços, é necessário harmonizar as normas e procedimentos correspondentes. Nesse sentido, uma iniciativa louvável foi a de criar o Comitê MERCOSUL de Normalização.

Além disso, foram adotadas medidas que deverão servir de guia até a adoção das normas comunitárias definitivas, dentre as quais devem-se destacar: a aceitação das normas de acordo com a legislação nacional em vigor no país de origem do conteúdo e quantidades dos produtos industrializados, bem como a adoção de exigências comuns para embalagens e equipamentos que entram em contato com alimentos.

Visando facilitar a tramitação na fronteira, várias medidas foram adotadas, ressaltando-se a simplificação do trânsito aduaneiro terrestre, através de um documento de uso comum entre os quatro países, do atendimento 24 horas nas principais alfândegas entre o Brasil e os demais países do MERCOSUL, além da aceitação do lacre de segurança atualmente vigente nos respectivos países.

Por outra parte, além do pontual cumprimento do programa de desgravação tarifária, foram tomadas as seguintes providências:

- aprovação do Sistema de Solução de Controvérsias (Protocolo de Brasília) para o período de transição;
- aprovação de um regime de procedimentos e sanções às falsificações em certificados de origem de produtos comercializados entre os países do MERCOSUL;

- c) aprovação do marco normativo para a negociação de Acordos Setoriais de Complementação Econômica, que têm como finalidade promover a racionalização dos investimentos e aumentar a competitividade interna e externa.

Em termos de avanços da negociação para a conformação do mercado comum, o evento mais relevante foi a reunião do Conselho do Mercado Comum — Ministros das Relações Exteriores e da Economia dos países-membros —, com a presença dos Presidentes, em junho de 1992, em Las Leñas. Nessa reunião, foi aprovado um cronograma de medidas, que determina para cada subgrupo de trabalho do Grupo Mercado Comum uma agenda dos principais temas a serem harmonizados e as datas antes das quais devem ser tomadas, as medidas correspondentes. Esse cronograma, conhecido também como Cronograma de Las Leñas, estabelece um guia para as negociações durante o período de transição e, implicitamente, define a estratégia de integração a ser implementada, conferindo maior objetividade ao processo.

O cronograma de Las Leñas aproveita a estrutura do Grupo Mercado Comum, que opera com 11 subgrupos de trabalho, compostos por técnicos dos países-membros, visando desenvolver critérios de atuação conjunta nas seguintes áreas: assuntos comerciais; assuntos aduaneiros; normas técnicas; políticas fiscal e monetária relacionadas com o comércio; transporte terrestre; transporte marítimo; políticas industrial e tecnológica; política agrícola; política energética; coordenação de políticas macroeconômicas; e relações trabalhistas, emprego e seguridade social.

O referido cronograma constitui um importante instrumento de integração, que define prioridades, prevê a realização de diagnósticos, a avaliação de assimetrias existentes e a elaboração de propostas comuns para a unificação de critérios. Da forma como foi estruturado, revela uma metodologia com ênfase na eliminação pontual de assimetrias, principalmente em relação às políticas nacionais que poderiam afetar as condições de competitividade intra MERCOSUL.

Pragmaticamente, em termos cronológicos, a prioridade recai sobre os temas que oferecem menor resistência à negociação e que permitem aprofundar a integração de caráter puramente comercial. Nesse sentido, foram estabelecidos prazos mais curtos para a eliminação de barreiras não tarifárias, para a elaboração de legislação "anti-dumping" e anti-subsídios e para a definição da política comum de salvaguardas.

Às políticas de "promoção" do próprio mercado comum — acordo de proteção ao investimento, políticas tecnológica, agrícola, de concorrência, etc, — foi dada, em princípio, prioridade secundária, e os prazos para avaliação ou instrumentalização das mesmas são mais alongados (CORREA et al, 1992).

Já em relação às políticas macroeconômicas, considerando-se o elevado grau de resistência à harmonização e as dificuldades de formular políticas comuns, elas vêm recebendo uma prioridade baixa nas negociações do período de transição. Implicitamente, dada a ênfase nos aspectos comerciais da integração, os instrumentos que estão sendo acionados indicam a constituição de, no máximo, uma união aduaneira. Assim sendo, espera-se que os ajustes macroeconômicos nacionais conduzam a uma convergência de resultados.

Apesar de ter conferido maior transparência ao processo de negociações do período de transição, o Cronograma de Las Leñas deixa uma grande lacuna em termos de estratégia para a conformação do MERCOSUL. Admitindo-se que o maior benefício que o MERCOSUL pode trazer aos países-membros é facilitar a reestruturação e a reconversão industrial da região, permitindo uma inserção mais favorável nos fluxos dinâmicos do comércio internacional, apenas uma política industrial comum teria

condições de desenvolver todas as potencialidades da especialização produtiva dentro do espaço econômico ampliado.

Considerando-se a heterogeneidade das trajetórias econômicas dos países-membros, as diferenças de produtividade em alguns setores, o escasso nível de participação do comércio intra MERCOSUL em relação ao comércio total, principalmente das duas maiores economias, a viabilidade de uma integração em profundidade pode ficar seriamente ameaçada, caso não seja possível minimizar os custos de curto prazo. As ações corretivas implantadas em outubro passado pela Argentina em relação à política de comércio exterior desse país são um claro exemplo do tipo de obstáculo que pode aparecer no processo de integração quando a ênfase recai apenas nos aspectos comerciais.

Em 28.10.92, o Governo argentino decidiu aumentar de 3% para 10% a arrecadação da "taxa de estatística"⁵ que vinha sendo cobrada em todas as importações. Os recursos assim obtidos serão utilizados para estimular as exportações, através da devolução de parte dos impostos internos aos exportadores de produtos agrícolas e industriais. Além disso, esse país passou de apenas quatro posições tarifárias (zero, 5, 13 e 22%) para seis posições (zero, 2,5; 5; 7,5; 12,5; e 20% (GM, 29.10.92). O déficit global estimado do comércio exterior argentino para o ano de 1992 aproxima-se dos US\$ 2 bilhões, sendo previsto um déficit de US\$ 1,2 bilhão no comércio bilateral com o Brasil. Apesar de ter-se evitado o recurso à fixação de cotas para frear as exportações brasileiras, bem como qualquer outro tipo de medida discriminatória em relação ao Brasil, o certo é que não foi estabelecido nenhum tipo de tratamento preferencial para os sócios do MERCOSUL. Inclusive o Uruguai, país que, pela legislação anterior, tinha isenção da "taxa de estatística", agora ficou sujeito a pagar a taxa integral de 10% (GM, 7 e 9/11/92).

Afora o impacto das medidas corretivas argentinas sobre as exportações brasileiras para esse país, foi acertado entre as autoridades dos dois países a adoção de medidas tendentes a atenuar o déficit argentino na balança comercial bilateral. O acordo inclui: a prorrogação, até 31.12.92, da cota argentina de venda de farinha de trigo ao Brasil, de 200 mil toneladas, que não foi preenchida; o aumento das compras de petróleo da Argentina (que deverá passar de 800 mil barris mensais para um milhão de barris em 1993); e a adição à cota de 1993 dos automóveis argentinos que não completarem a cota de 25 mil automóveis fixada para 1992 (JB, 03/11/92).

Os fluxos de comércio intra MERCOSUL ainda sofrem uma grande influência das flutuações nas políticas cambiais dos países-membros e, conseqüentemente, estão sujeitos a distorções e à adoção de políticas compensatórias. Até o momento, as pressões dos produtores internos mais afetados foram contornadas por soluções políticas "cooperativas", mas o estabelecimento de algum tipo de coordenação das políticas cambiais poderia contribuir em muito para que os fluxos de comércio não sofraissem o impacto indesejável das flutuações na paridade cambial.

⁵ A "taxa de estatística" vem sendo aplicada pela Argentina, desde o Governo Alfonsín, para financiar pesquisas destinadas à coleta de informações para orientar seu comércio exterior.

Em síntese, é cada vez mais evidente a necessidade de instituições e de políticas comunitárias que permitam explorar as potencialidades do projeto integracionista em termos de complementaridade produtiva, superando, assim, as limitações de uma integração que se caracteriza pela ênfase excessiva na redução das assimetrias que afetam o comércio.

Conclusão

No decorrer deste ano, observou-se, na América Latina, uma tendência de abertura das economias, com reduções tarifárias, sendo que, no Brasil, esse programa foi acelerado, não tendo, entretanto, implicado acréscimo nas importações do País, devido à recessão interna.

Continua a integração em blocos de países, com crescimento do comércio intrabloco, o que poderá implicar futuras modificações nas negociações multilaterais, pelo incremento protecionista dos mesmos em relação a terceiros países, concomitantemente à abertura no interior dos blocos. A Rodada Uruguaí permanece em discussão desde 1986, e as principais questões protecionistas junto ao GATT não foram resolvidas, devendo-se, no decorrer de 1993, encontrar algumas soluções, mesmo que parciais.

Espera-se, até fins de 1992, um incremento significativo no superávit comercial brasileiro e nas reservas internacionais, dado o acréscimo das exportações e o grande afluxo de capital externo, o qual, apesar de ter diminuído nos últimos meses de 1992, continua em busca de ganhos especulativos, dadas as elevadas taxas internas de juros reais num momento de crise mundial. Já o acordo da dívida externa brasileira com os bancos credores privados, tendo em vista sobretudo os problemas políticos internos, ainda não foi firmado.

No MERCOSUL, um grande número de medidas foram acionadas para facilitar e ampliar as transações comerciais, cujo incremento, em 1992, foi relevante. Entretanto ainda se observa um elevado grau de dificuldades para formular políticas comuns, indispensáveis para a harmonização de políticas macroeconômicas. A exigüidade dos prazos previstos, aliada às dificuldades enfrentadas pelas quatro economias, em especial a instabilidade econômica do Brasil e os problemas internos na Argentina para a manutenção do Plano Cavallo, cria obstáculos para a consecução de um mercado comum.

Bibliografia

- BELLO, Teresinha da Silva (1992). Dívida externa: 10 anos de penúria. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v.20, n.2, p.46-51, ago.
- CORREA, Paulo G. et al (1992). A agenda de Las Leñas e a integração no Mercosul. **Revista Brasileira de Comércio Exterior**, Rio de Janeiro: FUNCEX, n.33, p.37-44, out./dez.

- BANCO DO BRASIL. DECEX/CTIC (1991/92). **Exportações por produto e destino:** Brasil. Brasília, jan./out. (Relatório de computador)
- BANCO DO BRASIL. DECEX/CTIC (1991/92). **Exportações por produto e destino:** Rio Grande do Sul. Brasília, jan./out. (Relatório de computador)
- FLORÊNCIO, Sergio Abreu e Lima (1992). O perfil multilateral do comércio exterior brasileiro e a construção do Mercosul. **Boletim de Integração Latino-Americana**, Brasília, n.7, p.20-25, out./dez.
- GAZETA MERCANTIL (6.8.92). Sai o acordo com os bancos brasileiros. São Paulo, p.1.
- GAZETA MERCANTIL (28.10.92). Necessidade de decisões estratégicas. São Paulo, p.8.
- GAZETA MERCANTIL (29.10.92). A Argentina incentiva as exportações. São Paulo, p.1-2.
- GAZETA MERCANTIL (7 e 9.11.92). Ministros e presidentes de bancos centrais divergem sobre as tarifas. São Paulo, p.3.
- GAZETA MERCANTIL (10.11.92). Feriado em Nova York distorce os preços, mas o dólar garante alta. São Paulo, p.3.
- GAZETA MERCANTIL (17.11.92). Disciplina com Garófalo e meta conquistada: câmbio já é menor que a inflação. São Paulo, p.17.
- GAZETA MERCANTIL (21 e 23.11.92). Bancos reduzem ajuste diário. São Paulo, p.21.
- GAZETA MERCANTIL (4.12.92). Mercado inquieto mas sem pressa para transferir dinheiro para o paralelo. São Paulo, p.18.
- JORNAL DO BRASIL (29.10.92). Plano argentino e Mercosul. Rio de Janeiro, p.2.
- JORNAL DO BRASIL (3.11.92). Argentina dá incentivo às exportações. Rio de Janeiro, p.2.
- KUME, Honório, RIANI, Guida (1992). A liberalização do regime comercial no Brasil. **Boletim de Conjuntura**, Rio de Janeiro: UFRJ/IEI, v.12, n.2 p.95-106, jul.